

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 1 DE OUTUBRO DE 2007**-----

-----Ao primeiro dia do mês de Outubro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Joana Batista Vidinha, José Carlos da Silva, Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da ordem do dia usou da palavra o Sr. Manuel Lucas, que deu os parabéns ao Executivo pelo facto de ter mandado proceder à limpeza e cura das laranjeiras que se encontram junto ao Jardim da República.-----

-----Chama ainda a atenção para as árvores que se encontram no interior do Ciclo Preparatório, pois sessenta por cento estão secas e podem provocar alguns problemas, na medida em que as crianças brincam em cima dos ramos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha louva um membro da Assembleia por vir assistir à reunião, refere que hoje é o Dia Nacional da Água, e requer resposta aos seus requerimentos apresentados acerca das análises da água da rede pública. A mesma Autarca gostaria de saber como é que o Senhor Presidente agendou para a última reunião um debate sobre o IC três e como é que convidou o Executivo a emitir parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental do referido traçado. Posteriormente deslocou-se à Autarquia para

consulta do estudo, apercebendo-se que as cartas de implantação são do tempo da "Maria Cachucha". Todo o mapa está desfasado da realidade actual, não permitindo sobretudo, verificar se há casas de Almeirim, como por exemplo, na Rua Dioniso Saraiva serão ou não afectadas algumas moradias. Desta forma não concebe pronunciar-se sobre o assunto.-----

----- Refere ainda que a Câmara solicite junto do Instituto do Ambiente o prolongamento do prazo para apreciação do referido estudo. Mais solicita que sejam substituídas as actuais plantas de implantação por outras actualizadas.-----

-----A mesma Autarca louva a iniciativa da Semana da Mobilidade e pede desculpa por não ter podido participar na mesma por motivos de compromissos já agendados. Deseja que a iniciativa tenha sensibilizado todos os Autarcas e Municípes, daí espera que todos tenham ficado mais receptíveis ao uso dos Transportes Urbanos de Almeirim.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, congratula a criação da "Casa Pronta", no entanto refere que o edifício não está adaptado para pessoas com deficiência. O mesmo Autarca perguntou qual a perspectiva da Autarquia relativamente à resolução do problema dos contentores climatizados localizados nas escolas básicas do Concelho. Pretende saber qual o ponto da situação para resolver esta questão.-----

----- Pretende saber em que ponto se encontra o Relatório Semestral da ALDESC, EM. Mais solicita informação sobre o ponto da situação do Auditor Externo, e porque motivo ainda não foi agendado esse assunto. Relativamente ao traçado do IC três solicita informação se existe alguma indicação sobre colocação de portagens no referido itinerário.-----

-----O mesmo Autarca questionou em que fase se encontra o Centro de Enchidos de Almeirim.-----

-----Referiu que frente às bombas da Repsol, o traçado escrito na via se encontra ainda por pintar.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte intervenção:" Sinceramente este não é o meu estilo de estar na

vida. Gosto de trabalhar e empenho-me sempre tanto quanto tenho sido capaz em todas as tarefas e cargos que tenho vindo a desempenhar. Nunca procurei a mediatização e até gosto bem mais de preservar a minha privacidade, mas quem não sente não é filho de boa gente e o direito ao bom nome não é questionável.-----

----- Vivemos num Estado de Direito e os tribunais são o garante dos Direitos, Liberdades e Garantias de cada Cidadão. Factos nacionais recentes têm-nos levado a algum cepticismo em relação à eficácia da justiça. Penso que este sentimento dominante terá muito a ver com a complexidade dos problemas jurídicos, mas tem muito a ver certamente com as interpretações, nem sempre rigorosas e fundamentadas dos nossos comentadores habituais.-----

-----O que pretendo comunicar, hoje, de uma forma clara é a minha satisfação com a actuação dos tribunais e lamentar profundamente que um Presidente de Câmara, democraticamente eleito e com responsabilidades redobradas em relação à lei, se tenha dado ao deslance de mentir, usando como pretexto o despacho de um tribunal, neste caso o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.-----

-----Na sequência das notícias publicadas e da sua intervenção na reunião de Câmara de dois de Julho e com base nelas, dado não me ter sido facultado cópia do despacho, apresentei um veemente protesto ao TAFL, de que aliás dei conhecimento público.-----

-----Finalmente tomei conhecimento oficial do despacho e fiquei perplexo, tão perplexo que irei apresentar ao TAFL, desculpas pelo meu protesto, porque afinal o tribunal foi claro e irrepreensível no seu despacho. Só a ignorância ou a má fé lhe poderiam ter dado outra interpretação, como aliás tenho intenção de demonstrar.-----

-----Quem não o fez correctamente e teve uma atitude inqualificável, foi o Senhor Presidente da Câmara que, mentiu descaradamente e induziu os órgãos de Comunicação Social a fazer o mesmo.-----

----- Baseei pois o meu protesto junto do TAFL em mentiras e irei apresentar um pedido de desculpas ao tribunal.-----

-----A HONRA-----

-----A honra é um tema inerente `a democracia e ao estatuto dos cidadãos numa sociedade bem organizada, apesar de tão ignorado se não mesmo desprezado pelos nossos escritores. Uma das lições repetidas da filosofia política e jurídica ocidental é a da relação entre a organização das sociedades e os seus valores essenciais. A honra individual também expressa nos direitos ao bom nome, à reputação, à reserva de intimidade da vida privada - é um valor essencial da política e do direito.-----

-----A dignidade do homem não é um valor de mercado e não é alienável, nem mesmo para o Estado. O homem não é um meio ao serviço do Estado ou de outras forças, mas um fim em si mesmo.--

-----A tutela patrimonial do direito ao bom-nome encontra-se expressamente salvaguardada pelo direito (artigo quatrocentos e oitenta e quatro Código Civil).-----

-----OS FACTOS-----

----- Declarações constantes da Acta da Reunião de Câmara de dois de Julho de dois mil e sete a páginas doze, treze, catorze e quinze (acta recentemente aprovada).-----

-----Nesta reunião foi por mim solicitada cópia do despacho do TAFL que, só me foi entregue trinta e seis dias depois, tendo unicamente nessa altura tomado conhecimento do texto do despacho do TAFL.-----

----- A profícua e destacada publicação, após conferência expressamente convocada para o dia dois de Julho de dois mil e sete, nos jornais "O Almeirinese", no "O Ribatejo" e no "O Mirante", na Lusa e aos microfones da RCA, dada pelo sr. Presidente".-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos saiu da sala o Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Às quinze horas e trinta minutos tomou a presidência dos trabalhos o Senhor Vice Presidente, Pedro Ribeiro, tendo o Senhor Vereador Francisco Maurício retomado a leitura do seu discurso, mas salientando que se o Senhor Presidente voltar à

sala de reuniões com algum advogado, ele se retirará imediatamente da reunião.-----

-----"O Mirante" de quatro de Julho de dois mil e sete.-----

-----Vereador teve acção ilegal no processo da chefe de gabinete do presidente de Almeirim-----

-----O Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria considera que o Vereador Francisco Maurício, presidente do júri do concurso para três lugares de chefe de secção, não podia ter actuado no processo a partir do momento em que se demitiu de todos os pelouros na câmara.-----

----- O vereador da Câmara de Almeirim Francisco Maurício, eleito pelo PS, pretendia usar poderes que pertencem ao presidente do município, José Sousa Gomes (PS), para poder levantar um processo à chefe de gabinete do edil, Rosa Nascimento. Francisco Maurício queria que o executivo municipal deliberasse nesse sentido, mas o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAFL) considerou este acto como ilegal.-----

-----" O Ribatejo"-----

----- Tribunal Administrativo e CCDR dão razão a Sousa Gomes-----

----- O presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Sousa Gomes, teve legitimidade para impedir a abertura de um processo disciplinar à sua chefe de gabinete, Rosa Nascimento. É o que diz um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e um despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAFL), documentos que o autarca apresentou na reunião pública do executivo da passada segunda-feira. Esta foi a resposta de Sousa Gomes a Francisco Maurício, anterior vice-presidente da Câmara e presidente do júri do concurso para três lugares de chefe de secção, no qual a chefe de gabinete reclamou em termos que o vereador considerou ofensivo. Foi este o motivo que levou Francisco Maurício a pedir a abertura de um processo disciplinar a Rosa Nascimento, intenção sempre negada por Sousa Gomes, alegando que estaria a dar cobertura a um acto ilegal".-----

-----"O Almeirinese"-----

-----Tribunal de Leiria dá razão a Sousa Gomes-----
----O presidente da câmara municipal voltou com o concurso de pessoal para agenda política para anunciar publicamente a ilegalidade de Francisco Maurício como presidente do júri.-----
-----Na última reunião pública de Câmara, Sousa Gomes leu um parecer da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e um despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria que são concordantes na ilegalidade de Francisco Maurício à frente do júri do concurso interno para chefe de secção, depois de ter pedido a demissão a catorze de Novembro último "considerando-se eficaz a demissão do vereador e não tendo o mesmo sido substituído no júri do concurso (ao arrepio da determinação do presidente da câmara) entende-se que as deliberações do júri tomadas posteriormente são nulas por falta de quorum deliberativo".-----
-----Estas conclusões tornadas públicas a dois de Julho, anulam todos os actos do júri desde a data de demissão mesmo tendo em atenção que Sousa Gomes homologou os resultados do concurso ainda no final de Janeiro e que os lugares foram já preenchidos pelos primeiros três classificados.-----
-----De acordo com o presidente "há vários aspectos no concurso que vão ter que ser repetidos sem prejuízo das pessoas que ficaram nos primeiros lugares. Não é isso que pretendemos mas apenas repor a legalidade de um processo que neste momento não está legal".-----
-----Vai depender do novo júri o resultado final do concurso, uma vez que, será reapreciada a reclamação da candidata Rosa Maria do Nascimento, a chefe de gabinete do presidente. Em última análise, se o júri der provimento à reclamação referida, os candidatos poderão voltar a ser chamados a prestar provas.---
-----**Agência LUSA**-----
-----**Câmara de Almeirim vive ruptura entre presidente e vereador**
-----**A Câmara de Almeirim vive uma situação de ruptura entre o presidente e um vereador, ambos eleitos pelo PS, com o primeiro a acusar o segundo de traição e o vereador a acusar o presidente**

de «empolar» a situação.-----

-----José Sousa Gomes levou para a reunião do executivo de segunda-feira um despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAFL) e um parecer da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), acusando Francisco Maurício de ter actuado ilegalmente ao manter no júri de um concurso para chefe de secção depois de ter renunciado às funções que lhe haviam sido delegadas.-----

-----Para o autarca, o despacho de TAFL e o parecer da CCDR LVT obrigam a que todos os documentos do concurso sejam reavaliados, dependendo o resultado da apreciação de um novo júri, «sem qualquer prejuízo para os funcionários que entretanto assumiram funções».-----

-----**RCA**-----

-----Declarações em consonância com as citadas.-----

-----**Solicitação de Perda de Mandato**-----

-----**O Despacho PA N° cinquenta e dois barra dois mil e sete, do TAFL de vinte e cinco de Maio de dois mil e sete.**-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim veio pedir a intervenção do M.P. pelos factos constantes **cujo teor aqui por reproduzido, a fim de que se "aplique a respectiva perda de mandato"**-----

-----**(transcrição da queixa)**-----

-----Ora, as situações que podem dar azo a acção judicial para perda de mandato de membros dos órgãos autárquicos, da competência do MM. P. Estão taxativamente enumeradas no artº oito da Lei número vinte e sete barra noventa e seis, de um de Agosto.-----

-----**A nosso ver, nenhuma das circunstâncias participadas se enquadra no âmbito de previsão do citado dispositivo legal.**-----

-----**Aliás, diga-se que mal se compreenderia uma tal acção sem que antes se procurasse a confirmação das alegadas ilegalidades através da instauração de outros mecanismos legais adequados para o apuramento de responsabilidade disciplinar.**-----

-----**Assim, como a matéria denunciada nos autos é insusceptíveis**

de permitir sustentar uma acção para perda de mandato, e como não se vislumbra nenhuma diligência a realizar determina-se o seu arquivamento.-----

-----Comunique-se ao denunciante - direi eu delator, sr. José Gomes. -----

-----Ora (agora, digo eu), o Sr. Locatário do cargo da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim MENTIUI!-----

-----MENTIUI a todos os colegas do Executivo Municipal;-----

-----MENTIUI e manipulou os Senhores jornalistas, a quem, sem pretender utilizar o direito de resposta, solicito desde já, a devida correcção, com o mesmo destaque com que as notícias foram publicadas;-----

-----MENTIUI descaradamente a TODA A POPULAÇÃO do Concelho e da Região, sem ética, sem qualquer respeito pelo meu bom-nome e sem qualquer indício de moral;-----

-----Considero que o meu bom-nome foi completamente devassado, sem outros motivos que não sejam os interesses pessoais e particulares do sr. José Gomes, aliás já sobejamente conhecidos de toda a gente .-----

-----Recordo o início da minha intervenção:-----

-----"A dignidade do homem não é um valor de mercado e não é alienável, nem mesmo para o Estado. O homem não é um meio ao serviço do Estado ou de outras forças, mas um fim em si mesmo.--

-----A tutela patrimonial do direito ao bom-nome encontra-se expressamente salvaguardada pelo direito (artigo quatrocentos e oitenta e quatro Código Civil).-----

-----Obviamente que me reservo no direito de o processar judicialmente por tamanha afronta, enquanto vereador eleito, como independente, nas listas do Partido Socialista, exactamente com o mesmo número de votos que o senhor obteve.-----

----- Não irei concerteza fazer publicar auto abaixo assinados de apoio a mim próprio, " obrigando" os seus subscritores, por imperativo de ver particular para consigo, à auto flagelarem-se na sua dignidade e carácter e esquecerem-se de outros valores essenciais para que se possa andar de cara bem levantada.Tenha

decência, alguns são meus amigos de infância.-----
----- Não irei concerteza promover e apoiar publicamente, nenhum
funcionário desta autarquia a processá-lo judicialmente no
estrito desempenho das suas funções.-----
----- Concluo, pois que, o senhor não tem condições, nem
credibilidade, nem o respeito de funcionários, de munícipes e
dos seus próprios vereadores, para continuar a desempenhar as
suas funções.-----
----- Só lhe resta um caminho, não vale a pena prolongar esta
agonia.-----
----- Salvarde o que lhe resta de boa imagem.-----
----- Nota: Sugiro-lhe que envie à CCDR-LVT cópia do despacho do
TAF.-----
----- Almeirim, um de Outubro de dois mil e sete.-----
----- O Vereador Independente do Partido Socialista - Assinado,
Francisco Manuel Maurício do Rosário".-----
----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha refere que os factos
invocados são graves, no entanto já não é novo o que se passou,
referindo que isto é prática corrente do Senhor Presidente. A
situação referida é um insulto para todos os Almeirinos que
lamenta. A Autarca alega que este não é o primeiro caso, nem
concerteza será o último, dado que este tipo de informações são
comuns ao Executivo.-----
----- O Senhor Vereador José Carlos Silva referiu que hoje se
comemora o Dia Nacional da Música. Realça este dia como uma das
formas mais populares da Cultura Nacional.-----
----- ACTAS - Foram postas a votação as actas das reuniões de
vinte e sete de Agosto e três de Setembro do corrente
ano.-----
----- Relativamente à acta de vinte de Agosto a Senhora
Vereadora Manuela Cunha referiu que na deliberação de compra de
habitação expressa na página três e três verso, a mesma não

refere o porquê da sua abstenção, e acrescenta que numa acta só pode constar o que foi dito na própria reunião. Foi-lhe informado que a morte não foi averbada e perante esta informação a autarca absteve-se, proferindo uma declaração de voto que não consta na referida acta.-----

----- Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos retomou a presidência dos trabalhos o Senhor Presidente.-----

----- Acta de vinte e sete de Agosto aprovada por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha, porque se encontrava de férias .-----

----- Acta de três de Setembro, a Senhora Vereadora Manuela Cunha questiona como é que se refere que o senhor Ministro respondeu dentro das suas competências, se o mesmo ainda não deu qualquer resposta ao assunto questionado.-----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----LUTO MUNICIPAL - Foi presente a proposta do Senhor Presidente da Assembleia de Almeirim, sugerindo que seja decretado luto municipal, pelo falecimento de um membro pertencente ao Órgão Autárquico da Freguesia de Fazendas de Almeirim, Senhor Deputado Municipal, José da Conceição Rodrigues Mouco, eleito pelas listas do Partido Socialista da freguesia de Fazendas de Almeirim, e mais, que no seu cortejo fúnebre e por funcionário designado para o efeito, seja transportada a Bandeira do Município coberta com uma fita negra.-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade apoiar a proposta.-----

----- GRIPE AVIARIA - Sob proposta da Senhora Vereadora Manuela Cunha, foi solicitado o agendamento deste assunto, com o fim de obter informação sobre quais as medidas que estão a ser tomadas para a prevenção e combate do vírus do H5N1.-----

----- O Veterinário Municipal, Doutor Oriol Pena, prestou os

necessários esclarecimentos e informou que o referido vírus tem duas vertentes diferentes, a humana e a animal. Desta forma pediu a colaboração da Senhora Delegada de Saúde para estar presente e prestar os esclarecimentos relacionados com a vertente humana, contudo a Senhora Delegada por motivos profissionais, não pode estar presente. Referiu que existe um plano de contingência, primeiro nacional e posteriormente distrital, tem um apêndice alertando para as medidas a tomar, caso exista alguma situação. Foram ainda entregues kits contendo equipamento necessário para a manipulação e isolamento de algum caso que venha a surgir. Foi ainda feito um recenseamento no concelho onde constam todas as explorações avícolas. Na vertente da saúde humana o esquema foi exactamente o mesmo. -----

----- A Senhora Vereadora perguntou onde se encontram os Kits.--

----- O Senhor Veterinário disse estarem em seu poder, pois só ele está habilitado a intervir, caso exista alguma situação. Até ao momento não se verificou nenhum incidente. Existem também impressos para os inquéritos epitemológicos, assim como folhetos contendo informações e divulgação de medidas a tomar, em várias línguas.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou com que periodicidade são visitadas as explorações avícolas.-----

----- O Técnico informou que foram dadas indicações aos proprietários das explorações, caso aconteça alguma mortandade alarmante, os proprietários ficaram obrigados a comunicar de imediato ao Veterinário Municipal.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha pediu cópia do recenseamento das explorações avícolas, agradeceu as informações prestadas.-----

----- CARTA DE VEÍCULOS COM REBOQUE - Foi presente a informação do Senhor Encarregado de Serviços, António Pires, comunicando que lhe é rentável a carta de condução de viaturas pesadas com reboque, para condução das viaturas de recolha, lavagem e troca de contentores.-----

-----É acompanhado de informação do Senhor Vice-Presidente do seguinte teor: " Atendendo à explicação dada pelo Sr. António Pires a à necessidade deste serviço ser dotado de mais pessoas habilitadas à condução de reboques são do parecer que a autarquia pague a carta ao Encarregado".-----

----- A Câmara deliberou custear as despesas com a carta de condução, no valor de setecentos e quarenta e nove euros e trinta e três cêntimos.-----

-----VOTO DE RECONHECIMENTO - Sob proposta do Senhor Vice-Presidente a Câmara deliberou atribuir um voto de reconhecimento ao grupo feminino do Fazendense pela conquista da supertaça da Associação de Futebol de Santarém em futsal.-----

----- AUXÍLIOS ECONÓMICOS - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre apresentou a sua proposta de atribuição de Auxílios Económicos para o ano lectivo de dois mil e sete/dois mil e oito, aos alunos das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, com o esclarecimento de que todos os pedidos apresentados com base em declarações de rendimento dos encarregados de educação foram analisadas pelo Gabinete de Acção Social, que fez as averiguações legalmente possíveis da veracidade das mesmas. Assim, propõe que sejam pagos os Auxílios Económicos ao Agrupamento de Escolas de Febo Moniz - Canto do Jardim e Moinho de Vento relativos a cento e vinte alunos, do escalão A e vinte e cinco do escalão B; e E.B. Um de Fazendas de Almeirim - Serra dez alunos do escalão A e três do escalão B; E.B. Um de Fazendas de Almeirim, quarenta e quatro alunos no escalão A e oito do escalão B; E.B. Um de Paço dos Negros, dezasseis alunos do escalão A e um do escalão B; E.B. Um de Marianos, um aluno do escalão A; E. B. de Raposa, quatro alunos do escalão A; Jardim de Infância de Fazendas de Almeirim, dois alunos do escalão A e três alunos do escalão B; Jardim de Infancia de Marianos, sete alunos do escalão A e um aluno do escalão B; J.I. de Raposa, um aluno do escalão A; E B Um de Tapada, dois alunos do escalão B;

E. B. Um de Benfica do Ribatejo, dois alunos do escalão A e um aluno do escalão B; E B Um de Cortiçóis, onze alunos do escalão A e dois do escalão B; E B Um de Foros de Benfica, sete alunos do escalão A e dois alunos do escalão B; Jardim de Infância número um de Almeirim, nove alunos do escalão A e um aluno do escalão B; Jardim de Infância número dois de Almeirim, oito alunos do escalão A e um do escalão B; Jardim de Infância número três de Almeirim nove alunos do escalão A e dois alunos do escalão B; Jardim de Infância de Benfica do Ribatejo sete alunos do escalão A; Jardim de Infância de Foros de Benfica três alunos do escalão A e um aluno do escalão B. Ao escalão A corresponde a verba de setenta euros, e ao escalão B a importância de cinquenta euros.-

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou se o número de crianças beneficiadas, aumentou em relação ao ano passado.-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha informou que diminuiu, em doze o número de crianças beneficiadas.-----

-----O executivo deliberou aprovar, por unanimidade os escalões apresentados.-----

----- ABERTURA DE ESTABELECIMENTO - Foi presente o ofício do Modelo Continente Hipermercado, SA, solicitando autorização para funcionar no próximo dia cinco de Outubro das nove às vinte e três horas.-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade conceder o horário pretendido e abranger o mesmo a todos os estabelecimentos comerciais do concelho.-----

----- SUBSIDIOS - A Câmara deliberou conceder as importâncias abaixo indicadas às seguintes entidades:-----

----- Associação Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, trezentos e setenta e cinco euros para compra de prémios a atribuir ao Primeiro Concurso Nacional de Pesca Desportiva a realizar no próximo dia sete de Outubro no Rio Sorraia em Santa Justa; Associação de Patinagem do Ribatejo, oferta de setenta e cinco almoços para o torneio de hóquei em patins a realizar dia

cinco de Fevereiro do próximo ano; Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim, mil euros para a sua actividade; Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, cento e cinquenta euros mensais para o projecto "Marcar a Diferença...a Dançar"; Saúde em Português, deliberado adquirir cem livros; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, subsídio para a vigésima primeira edição da prova "Vinte Quilómetros de Almeirim- Rota da Sopa da Pedra - e Mini Vinte Quilómetros de Almeirim", três mil quatrocentos e quarenta e um euros e sessenta cêntimos; Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos Bombeiros de Alpiarça, oferta de um troféu para o décimo primeiro concurso de pesca em homenagem ao Comandante Homero Bento Machacaz.-----

----- TRÂNSITO - Foi presente o fax de Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, solicitando a colocação de um sinal de trânsito de sentido único na Rua Coronel António Manuel Batista e Manuel Moreira Cigano em Fazendas de Almeirim. Considerando que a Rua da Escola é praticamente utilizada pelos utentes da escola do jardim de infância da Serra, é grande o aglomerado de viaturas gerando-se alguma confusão no trânsito. Desta forma o sentido acima proposto iria beneficiar o trânsito naquela artéria.-----

----- A Câmara deliberou colocar o sinal de trânsito nas ruas acima indicadas.-----

----- REPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL - Foi presente o fax da Agência Açoreana de Seguros, enviando acta do acordo efectuado entre aquela Companhia e Virgínia Pereira. É acompanhada de informação do Consultor Jurídico comunicando que este processo se refere a uma queda em passeio público e por consequência resultou a quebra dos óculos da lesada. A afectada solicitou à Autarquia o pagamento dos mesmos no valor de quinhentos e noventa euros. Atendendo a que a franquia da Autarquia é de quinhentos euros, foi solicitado à Companhia de Seguros a apreciação do caso. Esta realizou um acordo com a

lesada, no âmbito do qual reduziram o valor do dano para trezentos e trinta e cinco euros e dezasseis cêntimos. Dado que este pagamento deveria ser realizado pela Companhia Açoreana, mas como a franquia da Câmara é de quinhentos euros, terá a Autarquia que suportar a totalidade do pagamento acordado. Assim, em vez da Autarquia pagar a franquia no valor de quinhentos euros, terá de pagar apenas o valor de trezentos e trinta e cinco euros e dezasseis cêntimos, o que se revela vantajoso para o Município em termos económicos.”-----
----- Dada a informação que antecede, a Câmara deliberou pagar a quantia de trezentos e trinta e cinco euros e dezasseis cêntimos pelos óculos.-----

-----**3 -REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE PREFERÊNCIA - Foi presente o requerimento de Maria Helena Soares Fernandes, residente na Avenida D. João I, bloco vinte e oito, rés do chão direito em Almeirim, solicitando informação se a Câmara pretende usar o direito de preferência na venda que vai fazer da fracção autónoma, designada pela letra A, correspondente ao rés do chão direito do prédio sito na Avenida D. João I, bloco vinte e oito em Almeirim, descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim.-----

----- A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

----- Foi também presente o ofício do Banco Santander Totta, onde solicita informação se a autarquia pretende usar o direito de preferência do imóvel que vai vender, na Avenida Vinte e Cinco de Abril, bloco onze, rés do chão direito, freguesia e concelho de Almeirim.-----

----- A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----**5- DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

----- ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social, solicitando a participação para o passe escolar

dos alunos que se encontram a estudar no PIEF - Agrupamento Salvaterra de Magos, no ano lectivo de dois mil e sete dois mil e oito e inseridos dentro da escolaridade mínima obrigatória, num total de sete alunos.-----

----- A Câmara deliberou custear os passes.-----

----- Presente outra comunicação interna do mesmo Gabinete, solicitando apoio para passe escolar da aluna Ana Sofia Oliveira Aguiar de Benfica do Ribatejo. É acompanhada da descrição da situação que é composto por uma família monoparental, com pai e filha de quinze anos a seu cargo, frequenta o décimo ano de escolaridade e necessita de se deslocar de Benfica para Almeirim.-----

----- A Câmara deliberou conceder o passe.-----

----- Foi presente o relatório de incidente do Professor Alexandre de Jesus, acompanhado de factura da Multiópticas, onde solicita o pagamento de óculos do participante João Bernardo Gomes. O incidente ocorreu durante as férias desportivas de Verão, dois mil e sete, realizadas no Pavilhão Desportivo Municipal, na Escola Secundária Marquesa da Alorna, no decorrer de um jogo de bola.-----

----- A Câmara deliberou pagar setenta e cinco por cento da factura apresentada, cujo valor é cento e setenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos.-----

-----GEMINAÇÃO - Foi presente a proposta do Senhor Presidente, do seguinte teor: "Considerando que a equipa de futebol Veterano de Dreux, é uma das que tem mantido presença assídua no torneio de Futebol Santeirim e com isso tem criado laços de profunda amizade com Almeirinsenses;-----

----- Considerando que o Município de Dreux atribui grande valor à geminação que já fez com outros Municípios, extraíndo delas os possíveis benefícios que esta aproximação proporciona;-----

-----Considerando que nesta região habitam muitos emigrantes

portugueses e alguns deles de Almeirim;-----

-----Proponho:-----

-----Que seja autorizado iniciar processo de geminação a culminar no próximo Torneio Santeirim."-----

-----A Câmara deliberou concordar com a geminação proposta.-----

-----PLANO DE PORMENOR DO CONVENTO DA SERRA - O Senhor Presidente apresentou a proposta do Plano de Pormenor para o Convento da Serra.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha estranhou a forma como este assunto apareceu em reunião.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que agendou este assunto porque os documentos apresentados eram suficientes para a análise e votação do mesmo .-----

----- Posto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Manuela Cunha, que ditou a seguinte declaração de voto com voto vencido: " Voto contra e faço voto de vencido a proposta aqui apresentada moralmente pelo Senhor Presidente da Câmara relativa à elaboração do Plano de Pormenor para a zona do Convento da Serra, a pedido de um promotor cujo o nome é Sociedade Agrícola Casal do Convento pelas seguintes razões: primeiro, a proposta não foi apresentada por escrito pelos membros deste Executivo que a defendem, segundo, os documentos que nos foram entregues, da responsabilidade do Arquitecto Sampaio, e do Consultor Jurídico da Câmara, e outro não assinado que é o termo de referência, refere um protocolo entre a Câmara Municipal de Almeirim esta Sociedade Casal do Convento, protocolo este que este Executivo ainda não teve conhecimento. No entanto, já houve um conjunto de funcionários da Câmara, que trabalharam algo de que não tínhamos conhecimento nem tínhamos deliberado. Terceiro, voto ainda contra bem que até posso considerar um investimento interessante, ou não, por considerar que é totalmente inoportuno elaborar actualmente um Plano de Pormenor, quando o PDM está em fase de revisão e quando outras zonas careciam de PP não têm,

designadamente a Zona de Actividades Diversificadas e a freguesia de Fazendas de Almeirim planos estes que seriam prioritários sobre o que está em deliberação. Quarto - Voto também contra por considerar que ao fazer este Plano de Pormenor quando o PDM da Câmara Municipal está a ter uma atitude discriminatória em relação a muitos cidadãos deste Concelho que pretendem realizar investimentos e construir em zonas até agora proibidas e não o podem fazer estando à espera da revisão do PDM para que tal possam ver as suas pretensões esclarecidas, quinto, estranho ainda duas questões, o facto de se prever construir vivendas, frente ao Aterro Municipal de Almeirim, sexto, que esta questão da qual eu tive conhecimento nos corredores do poder há cerca de três anos, sobre a qual já tinha até formulado uma pergunta numa reunião do Executivo, só venha agora a mesma e com uma resposta que nada tem a ver com a que me foi dada no passado. Talvez por desconhecimento meu, mas no meu entender um Plano de Pormenor deve ser elaborado para uso dado ao solo previsto em PDM, o que não acontece aqui. A Câmara está a aprovar a elaboração de um PP que implica a utilização do uso do solo sem que isso tenha sido aprovado."-----

---- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, ditou a seguinte declaração de voto: "Voto e favor da elaboração do PP mas em todo o caso, o mesmo deverá ir ao encontro das orientações estratégicas de revisão do PDM para o nosso concelho e ainda do PROT. Contribuiu para o meu voto positivo, o facto deste empreendimento trazer postos de trabalho para o concelho e contribuir para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho, como o aqui apresentado. Na elaboração do PP deverá ser tido em conta as condicionantes apresentadas pelo Arquitecto Sampaio, bem como a metodologia de elaboração que por ele foi sugerida, designadamente a preservação das áreas de montado, sobro e de outras espécies arbóreas de grande porte, para além disso deverá ser o impacto ambiental que pode acarretar com a construção deste empreendimento que se destina a fins turísticos. Por fim, espero que o Senhor Presidente da Câmara

também considere como prioritário, a elaboração do Plano de Pormenor para a freguesia de Fazendas de Almeirim, o que já foi proposto pelo PSD há cerca de um ano, dado o caos urbanístico em que se encontra aquela freguesia.-----

----- LOCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE ANTENAS DE TELEMÓVEIS - A pedido da Senhora Vereadora Manuela Cunha foi agendado este assunto. A Autarca propõe uma avaliação da localização e do licenciamento das antenas de telemóveis situadas no concelho de Almeirim, e apresentou a proposta que a seguir se transcreve: "Proposta de avaliação da localização e do licenciamento das antenas de telemóveis situadas no Concelho de Almeirim - O Vereador com responsabilidade por esta matéria apresentará até ao fim do ano, a este Executivo, a lista de antenas de telemóveis implantadas no Concelho, a lista das que estão licenciadas pela Câmara Municipal e outras entidades competentes, e a medição das radiações na zona de incidência das mesmas nas que estão situadas em zonas habitadas. Propõe-se, ainda, que seja solicitado à Delegada de Saúde que acompanhe as medições das radiações, e que colabore na avaliação dos seus possíveis impactos sobre a saúde das populações abrangidas."-----

-----A Câmara deliberou aprovar.-----

----- PROPOSTA - O Vereador do PPD/PSD, Pedro Pisco dos Santos, apresentou a proposta do seguinte teor: "Considerando que:-----

----- Um - As Instituições Particulares de Solidariedade Social desempenham um importante papel de apoio social;-----

----- Dois - Estas Instituições têm vindo a diversificar as suas actividades de acção social e aumentar o número de utilizadores, com níveis de exigência cada vez mais elevados no que se refere às necessidades em termos de transporte para o seu regular funcionamento;-----

-----Três - O transporte próprio permite o desenvolvimento de actividades e valências, conferindo às IPSS's uma maior autonomia, o que permitirá, nomeadamente, o alargamento do apoio

domiciliário;-----
----- Quatro - No sentido de acompanhar este desenvolvimento, a Câmara Municipal de Almeirim deve prosseguir uma política activa de apoio à aquisição de viaturas pelas IPSS's, que se traduz no presente Programa de Apoio à Aquisição de Viaturas;-----
----- Cinco -É competência da Câmara Municipal participar, pelos meios adequados, actividades de interesse municipal de natureza social (cfr, artigo sessenta e quatro, número quatro, alínea b) da Lei número cinco-A barra dois mil e dois de onze de Janeiro); -----
-----Nestes termos, a ao abrigo do disposto no número um do Artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, alínea a) do número um do artigo oitenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, propõe-se que a Câmara Municipal de Almeirim, delibere aprovar o Programa de Apoio à Aquisição de Viaturas."--
-----Posta a votação a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Programa de Apoio à Aquisição de Viaturas do seguinte teor:--
-----" **Artigo Primeiro - Âmbito** - O presente Programa de Apoio destina-se à participação na aquisição **de viaturas de transporte de passageiros** pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, legalmente constituídas e com sede social na área do Município.-----
-----**Artigo Segundo - Condições Financeiras - UM O apoio a conceder anualmente pelo Município será definido pela Câmara Municipal aquando da elaboração do orçamento para o ano seguinte. Dois** - Ao valor máximo de aquisição de viatura considerado, desconta-se:-----
-----a) O valor do IVA, caso a entidade seja isenta do pagamento do mesmo, nos termos do Decreto-Lei número vinte barra noventa de treze de Janeiro.-----
-----b) O Imposto Automóvel, no caso das entidades abrangidas pelo Decreto-Lei número vinte e sete barra noventa e três de doze de Fevereiro.-----

----- Três - As presentes normas não contemplam apoios para as despesas com seguros ou com a manutenção das viaturas.-----

----- **Artigo terceiro - Condições de Candidatura - Um-** Apenas serão consideradas as propostas de aquisição de **veículos de transporte de passageiros**, novos ou usados. Dois - Só será considerada uma candidatura por entidade. Três - A ficha de candidatura deverá incluir, obrigatoriamente, os seguintes elementos:-----

----- a) Caracterização da entidade, indicando as valências existentes, o número de utentes, o número de viaturas ao seu serviço e o número de sócios;-----

----- b) **Comprovativo que solicitou apoio financeiro junto da Segurança Social ou de outras entidades públicas ou privadas;**---

-----c) A utilização prevista para a viatura a adquirir;-----

-----d) Orçamento para a aquisição da viatura e indicação do regime do IVA e Imposto Automóvel, quando aplicáveis às respectivas entidades.-----

-----**Artigo Quarto - Procedimento** - Um - As normas e as fichas de candidatura serão enviadas pela Câmara Municipal às entidades abrangidas, no primeiro trimestre de cada ano. Dois - As fichas de candidatura deverão ser devidamente preenchidas e entregues no Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Almeirim até ao último dia útil do mês de Abril, fazendo prova a data do carimbo dos correios, no caso de envio postal. Três - As entidades poderão, por sua iniciativa, juntar outros elementos que considerem relevantes para a melhor avaliação dos processos e deverão prestar todas as informações adicionais que a Câmara Municipal venha a solicitar, para a ordenação do mérito das respectivas candidaturas.-----

-----**Artigo Quinto - Apreciação das candidaturas** .- Tendo em conta a disponibilidade financeira do Município, para o ordenamento do mérito das candidaturas serão relevantes os seguintes critérios:-----

-----a) Não possuir carrinhas próprias ou comprovar a manifesta insuficiência dos transportes disponíveis face às suas necessidades;-----

-----b) Número de utentes, atendendo também ao conjunto da população abrangida pela área de influência da entidade candidata;-----

-----c) Valências desenvolvidas pela entidade candidata;-----

-----d) **Comparticipação atribuída pelas entidades previstas na alínea b) do n.º três do artigo três.**-----

-----**Artigo sexto - Atribuição do Subsídio** - Um - A atribuição do subsídio será formalizada através da assinatura de um Protocolo, onde se define a parte correspondente ao apoio municipal para a respectiva aquisição. Dois - As entidades candidatas deverão, no prazo definido no Protocolo, efectuar a aquisição e entregar na Câmara Municipal cópia do documento comprovativo da mesma, para que lhe seja processado o subsídio respectivo.-----

-----**Artigo sétimo - Disposições finais** - A Câmara Municipal remeterá a todas as entidades envolvidas a ordenação da classificação das candidaturas apresentadas, com a indicação expressa daquelas a quem foram atribuídos subsídios.-----

-----**Artigo oitavo - Entrada em vigor - As presentes Normas entram em vigor no um de Janeiro de dois mil e oito.**-----

-----Às dezassete horas e cinquenta e cinco saiu a Senhora Vereadora Joana Vidinha.-----

-----**BOLETIM MUNICIPAL ELECTRÓNICO** - Sob proposta do Vice-Presidente foi apresentado por multimédia a proposta de criação do Boletim Municipal Electrónico. Com a presença do Drº António Pisco foram respondidas às questões colocadas pelos Autarcas. A todas as perguntas colocadas foram dadas as respectivas informações. Foram ainda sugeridas algumas sugestões mas as mesmas já estavam implementadas, ou em fase final de implantação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

----- No final da reunião chegou um Munícipe, Paulo Cesário, Presidente da Associação de Pais da Escola de Marianos, informando que a partir de hoje a Escola de Marianos se encontra encerrada. Pergunta por que motivo é fechada aquela escola que tem treze alunos, quando a escola da Raposa que apenas tem nove alunos continua aberta. Os pais já tinham sido informados que a professora se iria reformar, contudo estavam com a esperança que seria substituída por outra. Mais informou que os pais não autorizam os seus filhos a frequentar a escola de Paço dos Negros.-----

-----O Senhor Vice-Presidente informou que até ao final da semana a situação ficará resolvida.-----

-----O Vereador Francisco Maurício referiu que não tem dados para se pronunciar, mas teve conhecimento que em simultâneo com o encerramento da escola de Marianos, foram encerradas mais dezoito no Concelho de Santarém, vai confirmar a situação, posteriormente falará sobre o assunto. Recomenda que a Senhora Vereadora da Educação esteja na reunião de pais.-----

-----Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

----E eu, _____, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa